

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS-
TELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 13 DE MARÇO DE 2014.**

No dia treze de Março de dois mil e catorze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Norberto dos Santos Rodrigues Moreira, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, José Manuel Moreira de Carvalho, e Luís Filipe Cardoso Valente.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram dez horas e quarenta minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião.

Faltou por motivo justificado a Vereadora Judite Manuela de Castro Rocha Quintas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião justificando a falta da Vereadora Judite Quintas por motivos profissionais.

Informou que se realizou uma reunião na CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, com a presença do Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Castro Almeida, em que foi feito o ponto da situação dos fundos comunitários para investimentos importantes para a região, e da necessidade de se conseguir incorporar nesses fundos o IC35 e a conclusão da Variante à EN 222. Disse que vão aguardar pelo desenrolar do processo, não deixando de explanar todos os argumentos para que os investimentos importantes para a região sejam incluídos no novo quadro comunitário de apoio.

Deu nota do sucesso da “12^a. Mostra de Vinhos e Petiscos de Bairros”. Disse que se trata de uma iniciativa importante para o concelho e para a União de Freguesias de Sobrado e Bairros.

Informou que esteve com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em Lisboa, para entregar em mão a moção aprovada na Assembleia Municipal sobre o novo mapa judiciário, que ainda aguarda promulgação por parte do Sr. Presidente da República, com o objectivo de se manter a Comarca em Castelo de Paiva, e manifestar o interesse que o concelho fique agregado à Comarca de Porto/sul, ou seja Penafiel, e não a Aveiro. Disse que há receptividade dos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República para esta pretensão.

Realçou o êxito da “1ª. Feira de Vinho Verde no Luxemburgo”, pela envolvência que teve com as entidades do Luxemburgo, pelos produtores, que ficaram satisfeitos com a iniciativa, pela divulgação do nome do concelho. Referiu que os emigrantes querem que a iniciativa se repita, tendo agradecido a colaboração da ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, da Adega Verde de Castelo de Paiva e de todos os colaboradores da Câmara Municipal.

Informou que por motivos de agenda, a reunião da Comissão de Saúde foi alterada para o dia 20 de Março, às 10h e 30m.

De seguida deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir.

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para se associar aos parabéns dirigidos à União das Freguesias de Sobrado e Bairros pela excelente organização da “12ª. Mostra de Vinhos e Petiscos de Bairros”. Perguntou pelo ponto de situação das obras na estrada da escola secundária, que está num estado terrível?

Perguntou também em que ponto está a situação patrimonial do terreno ocupado pela Câmara Municipal na obra da entrada da Vila: como se vai resolver a questão, pela via da expropriação, da aquisição do terreno?

É importante esclarecer esta situação, disse, porque a obra tem a Rota de Românico como parceiro, que é uma entidade externa à Câmara Municipal, e que poderá ser arrastada para um processo que não é da sua responsabilidade.

Referindo-se ao Mercado Municipal, disse que desconhecia a existência e a necessidade de uma 2ª. Fase da obra, no montante de cerca de 32.000,00€. Disse que com mais esta 2ª. Fase, o valor global da obra fica mais próximo do valor das propostas apresentadas pelos restantes concorrentes aquando do concurso.

Perguntou a que se deve esta 2ª. Fase da obra?

Referiu que parece que a Câmara Municipal está financeiramente melhor, porque aumentou o ordenado dos seus adjuntos em 20%. Disse que no mandato anterior, o Vereador José Manuel Carvalho tinha um Secretário e agora deixou de o ter, e o Senhor Presidente passou a ter dois adjuntos.

Perguntou porque é que o Sr. Sérgio Gouveia e o Sr. Alfredo Gonçalves foram aumentados em 20%?

Concluiu, referindo que esse aumento de 20% representa mais ou menos o investimento de um ano no Transporte Solidário.

O Vereador Filipe Valente usou da palavra para dizer que era a sexta reunião consecutiva a que a Vereadora Judite Quintas estava a faltar, tendo perguntado a razão destas faltas.

Solicitou a informação relativa aos Transportes Escolares, nomeadamente, a referente à certificação de viaturas e motoristas.

Informou que corroborava com o Sr. Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva, em relação a três questões importantes que colocou na Assembleia Municipal que tinham a ver com as obras de requalificação da Escola Sede do Agrupamento de Escolas que estão suspensas há mais de um ano; com as infiltrações de água no ginnodesportivo da EB 2/3, e com a questão do percurso dos Transportes Escolares que é efectuado pela estrada antiga da EN 222, em vez de ser pela variante que liga directamente o Couto Mineiro ao centro de Castelo de Paiva.

Perguntou se o Sr. Presidente da Câmara tinha feito alguma coisa em relação a este assunto?

Referiu ter conhecimento que o Sr. Presidente da Câmara teve uma reunião com os “CTT – Correios de Portugal” sobre a atribuição de topónímia do concelho de Castelo de Paiva, tendo sido inclusive apresentada uma proposta ao Município.

Perguntou qual foi o valor dessa proposta, se foi aceite, e se havia uma comissão municipal de toponímia a funcionar?

Lamentou o aumento de 20% aos adjuntos do Sr. Presidente da Câmara, porque não se estava em tempo de passar dois secretários a adjuntos, e aumentar os encargos mensais do Município em cerca de 1.000,00. Disse que o trabalho prestado aos munícipes por estas duas pessoas não justificava aumento tão grande.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para felicitar a União Freguesias de Sobrado e Bairros, pela organização da “12ª. Mostra de Vinhos e Petiscos de Bairros”.

Solicitou novamente a informação sobre os custos com os programas de estágio a decorrer na Câmara Municipal e os respectivos processos de selecção.

Perguntou se os beneficiários destes estágios sabem que no final do estágio não podem ser contratados pela Câmara Municipal, e se está algum em regime de voluntariado depois de ter terminado o estágio?

Sobre a reunião da Comissão de Saúde, perguntou se os Srs. Coordenadores já confirmaram a sua presença?

Disse que quer estejam presentes os Srs. Coordenadores ou a Sra. Directora do ACES – Agrupamento de Centros de Saúde, os Vereadores do PSD iriam reunir, porque havia muita coisa para discutir independentemente de quem estivesse presente.

Solicitou uma listagem com as avenças que a Câmara Municipal tem com advogados do exterior, referindo que desta listagem se pode excluir o valor do contrato da Dra. Mónica Rocha, porque conhecia o valor, e porque também sabia que tinha sido aumentada em 20%.

Solicitou explicações sobre o contrato celebrado com o Dr. Nuno Miguel Vieira, Advogado, no âmbito do processo “Marmoiral”, tendo

também perguntado se já havia alguma decisão judicial proferida sobre o mesmo.

Perguntou se o processo “Kasacomigo” está definitivamente resolvido?

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para informar que se realizaram reuniões conjuntas com bandas de música e ranchos folclóricos, para a programação das actividades anuais daquelas colectividades. Disse que também foi discutido o “Festival Municipal de Folclore”, que está integrado nos Jogos Desportivos e Culturais de Castelo de Paiva.

Deu nota da sua presença no evento de pesca desportiva organizado pelo Centro de Cultura e Desporto de Real, que se realizou no passado Domingo. Deu os parabéns àquela colectividade pela homenagem prestada a três grandes homens de Castelo de Paiva: Professor Joaquim Quintas, Sr. António Fernandes e ao Sr. Afonso (conhecido como Afonso da Gráfica).

Sobre os terrenos da entrada da Vila, referiu que na sequência de uma comunicação enviada pelo munícipe Paulo Teixeira aos Srs. Vereadores, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e a outras entidades, e face ao teor da mesma, que iria produzir uma declaração que a seguir se reproduz:

- “O Município Paulo Ramalheira Teixeira, em carta endereçada ao Presidente da Assembleia Municipal, manifestou as suas “pseudo-preocupações” sobre eventuais ilegalidades no processo da obra de alargamento do acesso à Vila, na Rua D. José de Arrochela, invocando que essa obra, financiada por fundos comunitários, está a desenvolver-se em terrenos privados.

Contextualiza essa sua preocupação com base em mentiras, que, de forma intencional, pretendem difamar e ofender a honra e a imagem do actual executivo e em particular do Sr. Presidente.

Senão vejamos:

-O Município Paulo Ramalheira Teixeira foi presidente de Câmara entre 1998 e 2009, razão pela qual é conhecedor dos factos e relatos históricos que explanou;

-Nessa mesma carta, afirma “Hoje, esse mesmo terreno, que na altura não tinha qualquer valorização urbana para além de uma pequena parcela para equipamento, está fortemente valorizado pela alteração ao Plano de Urbanização da Vila de Castelo de Paiva que foi aprovado pelo executivo municipal actual, do Dr. Gonçalo Rocha, publicado em DR nº 173, em 9 de Setembro de 2013, que veio permitir a sua capacidade construtiva plena, facto que irá, porventura, ter consequências no agravamento dos custos de aquisição do mesmo.”

-Acontece que, no processo de alteração do PU da Vila de Sobrado, desencadeado pelo actual executivo, não existiu qualquer alteração de zonamento naquela área, ou seja, não se classificou como zona de construção, naquele local, nem mais um metro que fosse para além do existente;

-Efectivamente o PGU de 1994 previa para aquela zona uma parcela destinada a equipamentos e zona agrícola. Contudo, em 2006, com o processo de revisão do PGU liderado pelo Dr. Paulo Teixeira, que culminou com a sua publicação em Diário da República, 1.a série — Nº 154 — 10 de Agosto de 2006, foi criada a Zona urbana b5, com capacidade construtiva, que incide sobre parte daquele terreno confrontante com a Rua D. José de Arrochela, tal como se mantém ainda hoje;

-Tendo em conta que quem procedeu a essa alteração foi o Dr. Paulo Ramalheira Teixeira, presidente da CM à altura, só podemos achar que as afirmações plasmadas na carta que agora enviou além de constituírem uma mentira grosseira, são feitas de forma intencional, pois era conhecedor e autor da realidade existente.

-Lamentamos que, durante os 12 anos em que foi presidente de Câmara, tenha sido incapaz de resolver aquela questão e desbloquear o alargamento daquela via, apesar de ser do conhecimento de todos a sua tentativa de negócio que envolvia a empreitada de alargamento daquela via e

a construção de prédios de comércio e habitação por um promotor imobiliário em terreno municipal, situação que só não se concretizou porque foi, em boa hora, denunciada;

-Reiteramos a importância que esta obra tem no âmbito da requalificação daquele arruamento e que proporcionará a dignificação da principal entrada da vila, e a excelente oportunidade que representou a candidatura apresentada no âmbito da Rota do Românico que permitiu o seu financiamento com fundos comunitários;

Não podemos deixar de lamentar que, mais uma vez, esse senhor, use a mentira para tentar atingir a boa imagem do Sr. Presidente, Dr. Gonçalo Rocha. A seriedade não se apregoa, pratica-se.

Assim, face à gravidade das afirmações proferidas, ponderaremos avançar com uma acção judicial contra o autor por crime de difamação”.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para referir que em relação à estrada da Escola Secundária, que a obra foi mal executada, conforme foi reconhecido pelo empreiteiro, que vai resolver a situação nas férias da Páscoa. Informou que entretanto foram colocadas as pinturas provisórias das passadeiras.

Sobre o terreno da obra da entrada da Vila, disse que está a ser feito o trabalho que tem de ser feito, e que a intervenção que está a ser efectuada é com autorização do proprietário. Referiu que ia trazer o assunto à presente reunião de Câmara, mas que devido a uma questão de última hora, o vai trazer na próxima reunião.

Quanto ao Mercado Municipal, referiu que houve uma avaliação dos serviços técnicos que detectou algumas situações que não estavam previstas no caderno de encargos inicial, e que agora não podem deixar de ser executadas, sendo que a obra está a ser concluída.

Quanto à questão dos adjuntos, disse que é uma situação que decorre da lei, de o Presidente da Câmara achar que pode ou não nomear, sendo que são pessoas da sua inteira confiança e que estão disponíveis 24 horas por dia. Referiu que se trata de uma decisão política, e que no

retorno tem de haver disponibilidade das pessoas em causa para trabalhar com a estrutura e com o Município.

Sobre a Vereadora Judite Quintas, respondeu que esta tem assumido a responsabilidade de substituição de Chefe de Serviço, tendo-lhe apresentado um pedido de suspensão de mandato que será discutido na próxima reunião de Câmara.

Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva na Assembleia Municipal, disse que já tinha tido oportunidade de ouvir as preocupações quanto ao atraso das obras da “Parque Escolar”, e que era inconcebível que as situações demorassem tanto tempo a resolver. Compreende e também fica revoltado com o atraso verificado na obra.

Quanto aos Transportes Escolares, referiu que ao primeiro impacto lhe parece entendível a preocupação de o autocarro vir pela Variante de forma a tornar a viagem mais rápida, mas o serviço é feito por carreiras, o que implica uma substancial redução de custos àquilo que todos desejariam que eram os transportes escolares por circuitos. Disse que não há condições para isso, e que qualquer alteração que saia do âmbito das carreiras à disposição da população acarreta custos substanciais, mas que era uma questão que poderiam analisar no âmbito da Comissão Municipal da Educação.

Relativamente à questão da toponímia, respondeu que a questão foi colocada à Câmara Municipal pelos “CTT – Correios de Portugal”, sendo uma questão importante que também pode ser trabalhada pelas Juntas de Freguesia. Disse que deu instruções aos serviços técnicos para iniciarem o trabalho, que no entanto, vai demorar alguns anos a ser concluído. No que concerne aos estágios a decorrer na Câmara Municipal, disse que os documentos que tinham sido solicitados já foram entregues. Referiu também que gostaria de formalizar mais medidas de estágios em vários serviços, enquanto as medidas estiverem abertas e com financiamento comunitário, pelo que, o executivo em permanência irá continuar a desenvolver aquelas iniciativas.

Em relação às avenças com advogados, respondeu que a Câmara Municipal, sempre que é necessário, recorre à formalização das mesmas, sendo que é uma questão normal.

Sobre o processo “Marmoiral”, respondeu que ainda não está fechado, e que dentro de pouco tempo irá haver uma sessão de julgamento. Referiu que o contrato que foi celebrado com o Dr. Nuno Miguel Vieira serve para não haver surpresas futuras face aos valores a pagar em função do valor do processo.

Quanto ao processo “Kasacomigo”, respondeu que não tinha informação detalhada sobre o mesmo, e solicitou ao Vereador José Manuel Carvalho para na próxima reunião dar os respectivos esclarecimentos.

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para referir que em relação ao terreno da obra da entrada da Vila, que não ia comentar a intervenção do Vereador José Manuel Carvalho. Disse que já fez a pergunta várias vezes, no sentido de saber o ponto da situação, e que o que lhe importava saber era quanto é que aquele terreno vai custar à Câmara Municipal.

Sobre os adjuntos do Sr. Presidente da Câmara, disse que é obviamente uma decisão política, mas por o ser, é que trouxe o assunto à reunião de Câmara, para as pessoas saberem dessa decisão num momento em que o funcionalismo público passa pelo momento que se conhece. Referiu que até para os restantes trabalhadores da Câmara Municipal deve ser um choque.

O Vereador Filipe Valente interveio novamente para dizer que em relação aos Transportes Escolares, o Sr. Presidente da Câmara se tinha queixado de falta de verba, mas que o motivo não era esse, porque havia dinheiro, como tinham visto nos contratos dos advogados e no aumento dos ordenados dos adjuntos. Disse também que o PSD já tinha apresentado uma proposta relativamente ao IRS para colmatar a falta de dinheiro para Transportes Escolares.

Relativamente à toponímia, perguntou qual o valor da proposta apresentada pelos “CTT – Correios de Portugal”?

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para dizer que o pedido de suspensão de Mandato pedido pela Vereadora Judite Quintas é uma situação normal.

O Sr. Presidente da Câmara interrompeu a intervenção da Vereadora Vanessa Pereira para complementar a informação que tinha dado sobre o processo “Marmoiral”, referindo que a Câmara tinha sido absolvida em sede de julgamento, havendo ainda a possibilidade de haver recurso

A Vereadora Vanessa Pereira retomou a sua intervenção, solicitando cópia da notificação de sentença do processo “Marmoiral”.

Ainda sobre o pedido de suspensão de mandato da Vereadora Judite Quintas, disse que queria saber se o Senhor Presidente da Câmara ia atribuir o pelouro da saúde a outra pessoa, e se a Vereadora ainda ia participar na próxima reunião da Comissão de Saúde.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a Vereadora Judite Quintas vai continuar a colaborar com ele em assuntos relacionados com a saúde, que fica na sua alçada.

Sobre a questão da toponímia, respondeu que os valores apresentados pelos “CTT – Correios de Portugal” são na ordem dos 12.000,00 a 15.000,00, se a Câmara Municipal optasse por adjudicar parte dos trabalhos, e de cerca de 30.000,00 se optasse por adjudicar a totalidade. Referiu que estará disponível para aceitar a proposta por um valor inferior, em complemento ao trabalho a realizar pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, porque o Município não está em condições de assumir valores na ordem dos 30.000,00 para fazer um trabalho de toponímia.

Quanto à questão dos adjuntos, disse que se quisesse poderia trazer coisas do passado que também poderiam deixar o Vereador Norberto Moreira chocado.

O Vereador José Manuel Carvalho interveio novamente para dizer que em relação ao processo “Marmoiral”, que a sentença refere que na 1^a. Instância a acção foi considerada totalmente improcedente, por totalmente não provada, e absolia o réu (Câmara Municipal) do pedido

de indemnização. Referiu esta decisão ainda era passível de recurso, e como tal, deve haver serenidade e aguardar-se os próximos desenvolvimentos.

A Vereadora Vanessa Pereira solicitou novamente ter acesso ao despacho do Tribunal.

O Vereador Filipe Valente interveio novamente para referir que em relação à toponímia, que a aceitação da proposta dos “CTT – Correios de Portugal” era uma decisão política, porque quando o Sr. Presidente da Câmara disse que não tinha 30.000,00 para gastar na atribuição de nomes de rua e números de polícia, podia suspender durante dois anos o aumento aos adjuntos e já teria o dinheiro para esta questão.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 12 de Março de 2014, cujo saldo totaliza a quantia de 2.462.416,75 euros.

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JANEIRO. APROVAÇÃO.

Presente a acta da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, dos membros que participaram daquela reunião, aprová-la.

3. - OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

4- OBRAS PARTICULARES.

Retirado.

5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado.

6. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

Retirado.

7. – FEIRA QUINZENAL DE SOBRADO. ALTERAÇÃO DE DATA.

Os comerciantes que participam na feira quinzenal de Sobrado, solicitaram antecipação da feira do dia 21 de Abril, para 19 de Abril, com fundamento da coincidência com a festa religiosa da Páscoa, que em alguns casos é celebrada na segunda feira, e, também, na prestação de um melhor serviço à população, que faz as suas compras antecipadamente.

Nos termos do Regulamento aplicável, a data da realização da feira pode ser alterada, sempre que razões ponderosas e fundamentadas o justifiquem.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, alterar a data da feira quinzenal de 21 para 19 de Abril, do corrente ano.

8. - DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Autorização de utilização: R.111, R.123; Modificação estabelecimento: R.105; Estabelecimento instalação: R.121; Projectos de especialidade: R.120; Averbamento: R.122; Projeto de arquitectura: R.79.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Sr. Nunes, residente em Gração, União de Freguesias de Sobrado e Bairros, questionou se a Câmara Municipal estava a par dos resultados do censo feito pela GNR – Guarda Nacional Republicana, sobre o número de idosos no concelho?

Quanto à questão da Feira do Vinho Verde, questionou se era possível projectar um fórum com os agricultores e os técnicos, para se explicar os benefícios e a qualidade do vinho e dos produtos agrícolas?

Disse que seguiu através da comunicação social o desenrolar da “1ª. Feira do Vinho Verde no Luxemburgo”, e que ficou surpreendido que não tivessem tido o apoio da Comissão de Viticultura dos Vinhos Verdes,

porque sabia que tinham verbas para dar publicidade a estes eventos. Deu os parabéns à Câmara Municipal por esta iniciativa.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que estavam a preparar uma acção a realizar no próximo mês de Maio, em parceria com a ACI - Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, para profissionais associados ao sector do vinho.

Realçou o empenho da ACI - Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva na “1ª. Feira do Vinho Verde no Luxemburgo”, porque teve um papel importante e decisivo nesta iniciativa.

Quanto à questão colocada sobre os idosos do concelho, respondeu que os serviços da área social estavam a acompanhar todos os dados.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respetivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas 11,30 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, , a redigi e subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,

RO. 13 Março 2014.